

bastante amplo. De modo que faço um apelo a V. Ex^a para que reduza a parte oral do seu discurso, ou o dê como lido, e que os apartes ou não sejam concedidos, ou, então, sejam dados com o mínimo de ocupação de tempo, de vez que há outros oradores inscritos que precisavam ter o seu direito garantido, inclusive o nobre Senador Ney Maranhão, que vejo com o microfone ligado.

O SR. RONALDO ARAGÃO — V. Ex^a não pode tolher o Líder.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não, de maneira nenhuma.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Senador Pompeu de Sousa, com o respeito que lhe devo e sem querer dialogar com V. Ex^a, apelo para a Mesa. Gostaria de ouvir os apartes dos Senadores Jutahy Magalhães e Ney Maranhão, que enriqueceriam meu discurso, contribuindo para a solução dos problemas da região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Que atendam todos ao apelo da Mesa, porque o relógio é implacável.

O Sr. Jutahy Magalhães — Vou tentar, Sr. Presidente, falar como o candidato Enéas falava. O Presidente Collor não pode resolver todos os problemas em 8 meses, mas pode agudizá-los, aumentá-los; está aumentando, está agudizando esses problemas e isso pode ser comprovado. O Senador José Fogaça mostrou que para este Governo não existem planos a longo prazo. Não existem mesmo. O que vimos nos debates com Lula, no segundo turno, foi o candidato Fernando Collor afirmar que tinha 40 bilhões para aplicar na Saúde; tinha não sei quantos bilhões de dólares para a área da Previdência, e esses bilhões de dólares não apareceram. A época, eu ficava me perguntando: onde é que há tanto dinheiro? Sua Excelência dizia que ia aplicar. E confiscou todos os bens dos poupadores da classe média. Pesquisa feita recentemente mostrou que 50 e tantos por cento não poupam mais recursos. Pergunta-se, então, como pode um país desenvolver-se sem poupança interna? Não conheço essa mágica. Para fazer um bom governo não precisamos de apoio de todos os partidos. Existe oposição, existe governo. Qualquer governo democrático deve até ficar satisfeito quando existe uma oposição democrática. Poderia falar de várias outras questões, mas apenas me restrinjo, para terminar, ao aparte do Senador Almir Gabriel, que, com razão, falou dessa preocu-

pação que existe, infelizmente, em alguns Parlamentares representantes dessas regiões, de trocar favores por apoio. Protestamos. Temos o direito de protestar quando há erros, e buscar soluções, apresentando, muitas vezes, sugestões. O que não podemos é querer fazer com que haja donos do horário, haja donos de governo, pois, neste caso, só poderiam ter condições de reivindicar em torno das ações de interesse comunitário, de interesse regional, aqueles que aqui chegam e trocam o seu voto por apoio intransigente e, muitas vezes, inconseqüente ao Governo. Não consegui falar no prazo curto, procurei falar o mais rapidamente possível, para não me estender no aparte.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a nobre Senador Jutahy Magalhães, a observação a respeito da troca de favores que tem que acabar na política nacional, para que possamos desenvolver esta Nação e dar melhores condições de vida à sua gente.

Continuo, Sr. Presidente, e tentarei ser mais rápido.

O Sr. Aureo Mello — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Senador Aureo Mello, sempre o ouço com todo o prazer. V. Ex^a é homem da minha região.

O SR. ÁUREO MELLO — Sabe V. Ex^a que essa carapuça não se aplica à região do Amazonas, porque no Basa existem elementos que são eminentemente amazônicos, como o Sr. Silvestre, que foi indicado — se não estou enganado — pelo próprio Governador do Amazonas, e outros elementos que foram apontados pelo Governo de Rondônia, se estou informado. O dirigente maior do Basa é o Sr. Silvestre, que foi apontado pelo Governador Vivaldo Frota. Reservar-me-ei a dar uma examinada no discurso de V. Ex^a e, no que concerne à região amazônica, na qualidade de senador independente, apóio V. Ex^a, e pretendo dar uma resposta mais precisa e mais explícita, colocando, acima de tudo, os interesses da região e fora de qualquer cogitação...

O SR. RONALDO ARAGÃO — Nobre Senador Aureo Mello, conheço V. Ex^a e digo que a carapuça não poderia cair em sua cabeça...

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Volto a insistir com V. Ex^a, de vez que há dois oradores inscritos e não há tempo sequer para um.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Estou terminando, mas antes de fazê-lo, Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a permissão para conceder o aparte ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Como S. Ex^a, o Senador Ney Maranhão, é um dos oradores inscritos, se ele desistiu dessa inscrição... S. Ex^a está inscrito como Líder do Governo. Eu já lhe poderia ter dado a palavra, mas S. Ex^a disse que não quer privilégios, e, se não quer privilégios, é o último orador inscrito, de vez que, antes dele, está o Senador José Fogaça.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço o aparte do Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Ronaldo Aragão, serei rápido. Ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, bem como os apartes do Senador José Fogaça, do nosso companheiro Almir Gabriel e do nosso Senador baiano, defensor intransigente do nosso Nordeste, Jutahy Magalhães. Estou preparando uma defesa do Governo com respeito a essa política inflacionária, essa política que alguns dos Srs. Senadores estão dizendo que não tem um programa. Senador, o problema principal é que pegamos um governo que ia ladeira abaixo, sem freio, com uma inflação de praticamente 120%. Estamos negociando a dívida externa, cujo programa de Governo, graças a Deus, está sendo apoiado pelo Senado da República, pelo Congresso. Isso foi patente na última visita da Ministra da Economia à Comissão de Renegociação da Dívida Externa. Estamos lutando contra os que estão sufocando a economia nacional. Há três semanas, fiz um pronunciamento nesta Casa e alertei que principalmente os trustes e os oligopólios nacionais não estavam conformados com essa política do Governo. E isso já começou a doer no bolso dessa gente. V. Ex^a viu, na semana passada, o Sr. Mário Amato dizer, em **O Globo**, que o Plano Collor era uma cilada; ontem, se não me engano, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que é muito considerado e pelo qual tenho muito respeito; fui colega do pai dele, Senador da República por Pernambuco e eu, nesse tempo, Deputado Federal, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, um dos chefes de oligopólios no Brasil — oligopólio do cimento, do alumínio se incorporou, em solidariedade, às declarações do Sr. Mário Amato, pelo que o Sr. Ministro da Justiça respondeu com autoridade. Não podia ser outra a resposta do Sr. Ministro Jarbas Passari-

nho, porque este Governo que está aí um Governo transparente; pode haver pessoas desonestas, como há em qualquer parte, até junto ao Papa pode haver, mas o ministro tinha que tomar aquela medida. De sua parte, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes tem a obrigação de dar nome aos bois, da mesma maneira que eu, da última vez que ocupei a tribuna, dei o nome dos oligopólios que estão sabotando a administração e o plano do nosso Presidente, V. Ex.^a há de ver que a política nacional sempre foi frouxa, de déficit público crônico, coberto por emissão de moeda. O que o Governo fez, senador, foi exatamente aplicar a receita clássica: eliminou o déficit e puxou as rédeas da política monetária. É natural que falte o dinheiro, como se diz no jargão dos economistas, que o mercado tenha ficado sem liquidez e que as taxas de juros subam como reflexo da escassez da moeda. Nisso tudo, senador, está havendo uma dificuldade enorme para se cumprirmos essas metas, pois está faltando dinheiro em todo canto. Também está havendo sabotagem. Concordo com o pronunciamento de V. Ex.^a em relação à Amazônia. Sempre debati, nesta tribuna, que temos três brasis: o Brasil desenvolvido do Sul; o Brasil desenvolvido do Sudoeste; e o do Norte e Nordeste, o Brasil do Terceiro Mundo, como se diz. Concordo com V. Ex.^a; essa hidrelétrica é fundamental para o desenvolvimento da região amazônica. Tive oportunidade, recentemente, de fazer campanha no Estado de Roraima, um estado rico, em que falta tudo. Como V. Ex.^a diz, temos que ver, por trás disso tudo, o problema dessa gente, e o recado que dou aos oligopólios é que deem os arnês, para que lhes fiquem os dedos, e com eles possamos salvar este País. Terei oportunidade de responder a V. Ex.^a e aos Senadores Jutahy Magalhães e Ruy Bacelar sobre essa política econômica do Governo. Peço desculpas por ter sido muito longo no meu aparte, mas apóio V. Ex.^a, e muito, nesse seu pronunciamento em favor da região esquecida do Norte.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Concordo com V. Ex.^a, em particular quando diz que os oligopólios brasileiros estão agora sentindo na pele no bolso o seu esvaziamento. É preciso também que esse esvaziamento não ocorra com o trabalhador, não ocorra com o assalariado; que os grandes dos oligopólios brasileiros sofram, porque já ganharam muito com a política do passado, mas que isso também não venha, mais uma vez,

penalizar os trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, se a nossa agricultura vai mal, tudo vai mal, pois é ela o primeiro dente de uma engrenagem que movimenta o comércio, que gera tributos e permite ao Governo estadual saldar os seus compromissos.

Os garimpeiros de ouro do rio Madeira estão em situação falimentar, deixando de injetar uma grande massa de recursos na nossa economia e provocando o fechamento da nossa maior reserva de estanho.

O Ibama precisa conscientizar-se do seu papel no desenvolvimento da região, implantando uma política de convivência entre o meio ambiente e o progresso, e não uma política de desestímulo às nossas indústrias, com graves reflexos na indústria madeireira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, somos um estado estigmatizado pela falta de energia elétrica e, por isso mesmo, não temos ainda um parque industrial. Temos sido vítimas indefesas da indiferença dos governos centrais e a Usina de Samuel, um projeto que deveria ser concluído em 4 anos, está em obras há 12 anos e continuam paralisadas. Não sabemos quando serão reiniciadas, pois para isso dependemos da boa vontade das autoridades governamentais.

Sentimo-nos, em relação ao Governo Federal, como um filho enjeitado, pois tudo nos é negado, mesmo as coisas mais elementares e até hoje não dispomos no estado de uma carteira de câmbio no Banco do Brasil, tendo que recorrer a Manaus, que é a carteira mais próxima.

Temos um excelente corredor de exportação que é o rio Madeira, por onde se poderia escoar, com economia substancial de frete, toda a produção agrícola do estado e também a soja de Mato Grosso, além da saída da Bolívia, como faculta o tratado de Petrópolis. Antes da saída, para o Pacífico poder-se-ia ativar a saída pelo rio Madeira, já aparelhada como o porto da capital, bem assim, com a BR-364, asfaltada entre Porto Velho e Cuiabá.

Tudo isso seria possível, se houvesse uma decisão política de fazer, embaçada num projeto para a nossa região.

Insisto na pergunta: qual a política de desenvolvimento,

do governo atual, para Região Amazônica?

A população do Estado de Rondônia é estimada em dois milhões de pessoas. Uma população que exige, cada vez mais, do governo do estado, um sistema educacional eficiente e um melhor atendimento no setor de saúde. Temos os nossos compromissos na área social e não podemos ficar inadimplentes, sob pena de causarmos uma convulsão social de efeitos imprevisíveis.

Não aceitamos discriminação e, por isso, protestamos contra a não inclusão do Hospital de Base em Porto Velho, com 400 leitos, no projeto de custeio com os recursos do sistema único de saúde. Não se justifica esse tipo de decisão, pois para fazer funcionar integralmente esse hospital o governo do estado gasta, mensalmente, cerca de 100 milhões de dólares. Não podemos, sozinho, pagar essa conta, enquanto outros estados gozam de todas as benesses do governo, mesmo estando em situação mais privilegiada.

Não podemos ser punidos simplesmente pela nossa localização geográfica ou por um mero capricho daqueles que não conhecem a nossa região e, por isso mesmo, não podem avaliar a sua importância.

Não há uma explicação plausível para o fato de serem alocados mais recursos do Inampsus para o Estado do Acre, que tem cerca de 300 mil habitantes, do que para o Estado de Rondônia, que tem hoje cerca de 2 milhões de habitantes.

Estamos sendo discriminados dentro da própria região e impõem-se uma justificativa para tudo isso.

Temos hospitais em todos os municípios e em alguns deles temos mais de uma unidade, como é o caso de Ariquemes, Ouro Preto e Porto Velho. Os recursos alocados pelo Inamps para o custeio da saúde são insuficientes para atender a essa vasta rede de atendimento e temos que fazer milagre para não deixar desassistidas milhares de pessoas.

Os nossos problemas não param por aí. Temos hoje, na habitação, uma demanda reprimida de mais de 30.000 unidades. Por sermos o maior pólo migratório da Amazônia, necessidade de moradias cresce numa velocidade incontrolável, principalmente na capital.

Há milhares de pessoas, na periferia, morando em condições sub-humanas, mormente nas

áreas de invasão, onde as famílias se instalam em barracos sujos e apertados, convivendo com a fome e as doenças infecto-contagiosas.

O Governo Federal também tem se omitido nesse setor e a carga maior está sobre nossos ombros, arqueados pelo peso que tudo isso representa.

Reitero a minha pergunta: qual a política de desenvolvimento, do governo atual, para a Região Amazônica?

Estamos fazendo o que podemos, mas as nossas forças já estão se exaurindo e estamos prestes a desfalecer.

Os recursos federais de que dispúnhamos foram bloqueados pelo Governo Federal, que insiste em não repassar parcelas dos recursos da Suframa a que temos direito.

Das parcelas do Fundo Constitucional Norte, depositados no Banco da Amazônia, a que temos direito, nada chegou ao estado, para serem aplicados em infra-estrutura, ficando retidos mais de 3 bilhões de cruzeiros, por causa de uma decisão arbitrária e intempestiva do Basa, que insiste em contestar a Resolução da Sudam nº 6.968, de 22 de fevereiro do corrente ano.

Parece que todos conspiram contra nós. Não há um mínimo de boa vontade para resolver os problemas que nos afligem e continuamos à míngua dos recursos federais.

É quase impossível resistir a esse cerco! Por isso mesmo estamos à beira da falência e o governo parece não se importar com o nosso destino, como se não fizéssemos parte da Federação.

O Governo Federal deve uma explicação aos rondonienses. Há necessidade de se esclarecer por que os projetos da Companhia de Água, Esgotos e Saneamento - CAERD; envolvendo o abastecimento de água e a construção da rede de esgotos em Porto Velho, acham-se há mais de dois anos engavetados na Caixa Econômica Federal, numa política odiosa de retaliação e discriminação sem precedentes na História deste País.

Não ficaremos apenas na retórica. Damos os números: somos o estado menos atendido no setor de saneamento, com o índice de 2,3%, chegando a apenas um quinto da população. Apenas as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim dispõem de rede de esgotos e, assim mesmo, para uma parcela de 5% da

população, quando a média brasileira é de 31,67%.

Se queremos, realmente, integrar o Primeiro Mundo, não podemos conviver com esses índices e o governo precisa dar aos estados-membros um tratamento de alto nível e assegurar às populações melhores condições de sobrevivência.

Diante desse quadro dantesco que reflete a nossa realidade, não encontraremos o menor apoio por parte do Governo Federal e não temos condições de enfrentar, sozinhos, esse desafio.

Somos um estado de terra idada, não atingimos sequer a adolescência e não podemos prescindir da assistência do governo até atingirmos a nossa emancipação.

O quadro educacional em Rondônia está abaixo da crítica e é nesse setor que se percebe mais claramente a ausência do Governo Federal.

No início deste ano, tínhamos 38.000 crianças fora das salas de aula, mas esse número já chega a 101.000 no 1º grau e 84.000 crianças no 2º grau.

O Ministério da Educação repassou para o estado, em 1990, apenas 154 milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros, para uma despesa feita pelo estado de seis bilhões, setecentos e noventa e dois milhões e quinhentos e quarenta e sete mil cruzeiros. Nem os recursos para o custeio da Secretaria de Educação, no Programa PTA, foram repassados.

Apesar de toda essa discriminação do MEC, que vem usando um critério meramente eleitoral para os repasses de recursos aos estados, o Governo de Rondônia construiu 1,5 salas de aula por dia, construindo 934 novas salas e reformando 177 escolas, na sua grande maioria, com recursos próprios.

Volto a perguntar: Qual a política de desenvolvimento, do governo atual, para a Região Amazônica?

Precisamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, estabelecer, nesta Casa critérios para distribuição dos recursos que formam o Fundo Nacional de Educação (FNDE). Esses critérios precisam assegurar a participação mínima de cada estado nesse fundo, não permitindo que esses recursos sejam distribuídos aleatoriamente pelo Ministério da Educação, numa decisão política e totalmente arbitrária.

As verbas da educação não podem ficar sujeitas aos caprichos políticos de quem quer que seja, pois seria perpetuar um crime contra a própria educação.

O que se fez com a Universidade Federal de Rondônia é um crime, totalmente abandonada pelo Ministério da Educação. É sabido que nenhum país conseguiu superar os obstáculos do subdesenvolvimento e chegar ao bloco do Primeiro Mundo, sem dar prioridade à educação básica e superior. Não existe país desenvolvido sem um sistema educacional eficiente que tenha total prioridade governamental.

Nada disso será resolvido se não houver uma política de desenvolvimento e uma vontade política para resolver os problemas da Amazônia.

Apesar de a criação do Estado de Rondônia ter ocorrido em 1981, até hoje, nove anos depois, a Previdência Social não se estruturou no meu estado. As Superintendências do INPS e do IAPAS foram criadas no Governo Figueiredo, mas continuam no papel, impondo enormes sacrifícios para os aposentados e pensionistas da Previdência.

A Receita Federal deixa de arrecadar somas consideráveis por falta de pessoal, o mesmo ocorrendo com a Polícia Federal no estado, totalmente desapercebida e sem condições de cumprir as suas atribuições constitucionais.

Há poucos dias ocupei esta Tribuna e falei sobre a falta de condições satisfatórias de atendimento da estação de passageiros do aeroporto de Porto Velho, que é um péssimo cartão de visitas do nosso estado.

Esta é a prova inconteste do abandono a que fomos relegados pelo Governo Federal.

Essa discriminação de que somos vítimas só faz aprofundar os desequilíbrios regionais e agravar os nossos problemas, que por si só, já são quase insolúveis.

O Governo Federal precisa repensar a Amazônia e, juntamente com os governos estaduais daquela região propor uma política de desenvolvimento que estenda aos interesses do seu povo, harmonizando e possibilitando a convivência pacífica do meio ambiente com o desenvolvimento.

Não queremos privilégios. Não reivindicamos tratamento diferenciado. Queremos igualdade de direitos. Queremos um

tratamento digno de um estado-membro da União. Queremos o que nos é devido!

Não somos um estado-problema. Somos um estado-solução. Precisamos, apenas, que o Governo Federal cumpra as suas obrigações, previstas nos arts. 34 e 36; parágrafo único do art. 18 e nos arts. 22 e 29 da Lei Complementar nº 41/81 e não nos sufoque com uma política discriminatória de distribuição de recursos.

Dispensamos os favores e o paternalismo. Queremos que nos garantam condições de nos desenvolver e que possamos produzir, com a força e a determinação da nossa gente.

Exigimos, como estado-membro da Federação, um novo posicionamento do Governo Federal e deixamos aqui registradas essas denúncias, na esperança de que o Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. Fernando Collor de Mello, assumira uma posição de estadista e ponha um fim a essa política de retaliação que vem sendo praticada contra o meu estado.

O Brasil, como nação, precisa reagir a esse tipo de política, condenável sob qualquer aspecto que se analise, pois está penalizando não um governo, mas uma população inteira que depende desse governo para garantir a sua sobrevivência.

Rondônia espera uma decisão do governo. Sabemos o que precisa ser feito, mas faltam-nos recursos para fazê-lo.

O Inbra precisa marcar presença em Rondônia, viabilizando os assentamentos por ele mesmo implantados e abandonados à própria sorte.

O Governo Federal extinguiu o IBC, sem definir quem ficará responsável pela compra do café e ficou devendo uma política de preços mínimos que valorize o pequeno agricultor, sob pena de inviabilizar, totalmente, a agricultura no meu estado.

Estamos sentindo falta do DNPM no Estado de Rondônia que tem se omitido totalmente, fazendo com que os garimpos se esvaziem, levando a fome e a miséria a centenas de lares.

O Governo Federal pratica uma política repressiva e coibidora, mas não procura ajudar o estado a encontrar a solução para os seus problemas.

O Ibama limita-se a proibir, mas não existe sequer uma política de reflorestamento para o estado, impondo leis as mais

insensatas e absurdas que ferem de morte a nossa economia.

Precisamos do apoio do Governo Federal, mas mais do que isso, precisamos de recursos, apoiados numa política de desenvolvimento para a Região Amazônica.

Vamos dar mais um crédito de confiança ao Governo Federal e esperar que seja encontrada uma solução urgente que possa reparar a injustiça de que temos sido alvos e permitir que continuemos a existir como unidade federativa.

Já estamos cansados de discursos!

Queremos ação! Queremos medidas concretas que nos deem o direito de sonhar com um estado desenvolvido e com uma sociedade onde haja menos injustiça social e mais dignidade, onde todos tenham direito à saúde, à educação e à habitação.

Espero que a voz do meu estado nesta Casa seja ouvida e que, finalmente, possamos pôr um fim a esse estado de calamidade que nos assusta e que compromete o futuro de um povo, já cansado de tanta indiferença e tanto descaso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, vou desistir da minha inscrição, visto que já são quase 18 horas e o tempo, obviamente, não me permitirá tratar do assunto como eu gostaria de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — S. Ex^a desiste da palavra.

Está com a palavra o nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Ex^a também desiste da palavra.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, trago ao conhecimento da Casa, como procuro fazer habitualmente, a resposta a um dos meus requerimentos de informação a respeito da questão da

política do Brasil com o Iraque.

Ao Ministério do Exército fiz três indagações. A primeira, se o Ministério do Exército exerce alguma supervisão, participa do capital, controla ou mantém convênio com a empresa Engesa. Caso afirmativo, especificasse a natureza do vínculo. A resposta que recebi foi negativa, mostrando que não existe nenhuma vinculação do Ministério do Exército com a Engesa.

Em segundo lugar, solicitei ao Ministério do Exército informasse se tinha participado de algum entendimento a respeito da venda de armas para o Iraque. E a resposta não foi suficiente para o meu entendimento, porque, Sr. Presidente, em lugar de uma negativa ou de uma afirmativa, o Ministério do Exército diz o seguinte:

"O Ministério do Exército participa do processo de exportação do material de emprego militar de acordo com o prescrito na política nacional de exportação de material de emprego militar."

Não diz sim nem não. No meu entendimento, isso significa sim. Mas, como não posso afirmar, apenas transcrevo, no momento, essa indagação, para, em seguida, dizer o que pretendo fazer.

A terceira indagação: se o Ministério do Exército fez-se representar em algum grupo de trabalho criado para estudar o relacionamento e a cooperação entre o Brasil e o Iraque nos campos econômico, militar, comercial e nuclear. Caso afirmativo, qual? A resposta foi muito singela, dizendo: Não. Não participou de nada disso.

Eu poderia apresentar duas formas, duas sugestões para conseguir a resposta mais objetiva ao quesito nº 2, que seria convocar o Ministro a comparecer a uma comissão, ou, então apresentar novo requerimento de informação, reiterando a solicitação, para obter uma resposta específica. É o que vou fazer, porque não quero dar a nenhum desses requerimentos cunho político. Quero simplesmente saber a realidade do que aconteceu, para que o Senado possa estabelecer a verdade.

Recebi do Ministério da Aeronáutica uma resposta de caráter secreto. Por isso, não posso transmitir de público, as informações que obtive.

Sr. Presidente, ainda aproveito esta breve comunicação

para dizer que o Sr. Ministro da Justiça agiu corretamente quando fez a interpelação judicial ao Sr. Antônio Ermírio de Moraes. Não por sua causa, mas para ver se assim acabamos com essa prática existente no Brasil de se fazer acusações genéricas. Os corruptos devem ser punidos rigorosamente, mas o acusador leviano também. Somos políticos, e quantos de nós já tivemos a nossa imagem prejudicada devido a acusações levianas de adversários nossos? Acredito que muitos. E muitas vezes não temos nem condições de entrar com ação contra aquele que coloca em jogo a nossa honorabilidade, porque as ações são, freqüentemente, feitas, como tenho visto, através de notas de jornais, em colunas de amigos, e ninguém assume a responsabilidade. Já apresentei um projeto, dentro das normas constitucionais vigentes, da Constituição de 1988, regulamentando o respeito à imagem do homem, do cidadão. Infelizmente, como quase todos os projetos, este também não tem o andamento urgente que se faz necessário para, inclusive, dar o direito de resposta a casos desse tipo.

Sr. Presidente, a afirmação do Sr. Antônio Ermírio de Moraes não atinge a ninguém especificamente, por isso é até menos grave. No entanto, como dava um caráter genérico, já sei qual será a saída: dizer que não afirmou nada, da mesma maneira como agiu o Governo ao afirmar que os empresários, em geral, tinham culpa por isso ou por aquilo. S. S. também teria dito que existiam ladrões no Governo, e que isso estava comprovado com a ação que o próprio Governo estava provocando para verificar a existência de fraudes em tais e tais lugares. É uma saída que pode ser feita.

O que é necessário é punir a acusação irresponsável. Por isso, aplaudo o ato do Ministro, que pode servir de exemplo para o futuro: não deixar passar, em brancas nuvens, acusações desse tipo.

Vamos lutar para que tal fato não se repita, porque não há nada mais importante para cada um de nós do que a nossa própria honra.

A honra dever ser defendida intransigentemente.

Por isso, Sr. Presidente, faço a transcrição da resposta do Ministério do Exército, que não me satisfaz; não me satisfaz porque não deu resposta objetiva, apenas interpretativa, e interpreto como dizendo que sim, em segundo quesito,

mas se eu disser que sim, ele pode dizer que não.

Vou reiterar o pedido e espero que venha uma afirmação ou uma negação; se não vier, existe a segunda sugestão, que é convocá-lo, para, então, podermos debater a questão.

Aproveito a ocasião, Sr. Presidente, para focalizar outro assunto.

É de nosso conhecimento que, desde tempos imemoráveis, os rios têm servido de via para a penetração e exploração da terra pelo homem. As civilizações alastram-se às margens das vias navegáveis, razão por que os caudais são prenhes de fatos e de passado na história da humanidade.

No Brasil, destacam-se o Tietê e o Paranaíba, que foram as grandes vias de penetração das bandeiras, e o São Francisco, que teve a sua história enriquecida a partir de Garcia d'Avila, no século XVII.

Nosso País possui a mais extensa rede de navegação fluvial do Planeta, com 45.000km. Só o Amazonas, a maior bacia hidrográfica da Terra detém, com seus tributários, mais de 20.000km de aquedutos. A Bacia Platina, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, é quase toda navegável, ao todo 9.000km de hidrovias, destacando-se o rio Paraguai.

A Bacia do rio São Francisco possui uma superfície de 640.000km² e seu curso principal tem uma extensão de 2.700km entre as cabeceiras na Serra da Canastra e a foz no Oceano Atlântico.

Sua bacia abrange sete unidades da Federação e representa 7,5% do território nacional, estando localizado 83% de sua área nos Estados de Minas Gerais e Bahia, 16% nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e o 1% restante no Estado de Goiás e Distrito Federal.

Segundo estimativas baseadas no último censo demográfico do IBGE (1980), a população dos municípios contidos nessa bacia era da ordem de 10,2 milhões de habitantes, correspondendo a 8,3% da população brasileira.

Do ponto de vista geográfico, a bacia é subdividida, tradicionalmente, em quatro regiões principais: Alto São Francisco (até a cidade de Pirapora), Médio São Francisco (de Pirapora a Remanso), Submédio São Francisco (de Remanso até a cidade de Paulo Afonso) e Baixo São Francisco (de Paulo A-

fonso até sua foz). O trecho navegável, entretanto, compreende 1.371km entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA)/Petrolina (PE).

Uma parte importante (56%) de sua extensão situa-se no denominado Polígono das Secas, a maior parte localizada no Estado da Bahia (40%).

O fato de as maiores declividades encontrarem-se próximas de sua foz, confere ao rio São Francisco características muito particulares, pois, qualquer aproveitamento para uso consuntivo a montante determinará uma diminuição das vazões turbináveis, com conseqüente perda de energia. Esse fenômeno é pouco significativo em anos médios e úmidos, mas adquire importância em anos com chuvas inferiores ao normal e é agravado nos anos secos.

De acordo com estudo desenvolvido pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOP), órgão da Secretaria Nacional dos Transportes, esta vinculada ao Ministério da Infra-Estrutura, o sistema hidroviário associado ao trecho navegável do rio São Francisco - Pirapora (MG) até Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - resultou no menor custo de transporte ao usuário dentre as rotas alternativas postas à sua disposição, isto é, com relação ao transporte através de rodovias e/ou ferrovias.

Cabe informar que a hidrovia, em seu trecho navegável, apresenta profundidades que variam de acordo com as épocas de estiagem (abril a outubro) e de cheias (novembro a março). Na época de estiagem, os problemas se fazem sentir entre Pirapora (MG) - Barra (BA), em face da presença de "baixios" (em número de 30), obstáculos físicos à navegação que requerem dragagens para a manutenção de uma profundidade mínima de 1,20 m. Outros obstáculos físicos, que, nesse caso, exigem derrocagem, são os "pedrais" (em número de 21), concentrados, em sua maioria no trecho entre a barragem de Sobradinho e o Complexo Portuário Juazeiro (BA) - Petrolina.

Ao longo do trecho navegável merecem destaque as seguintes instalações Portuárias: Pirapora (MG), Januária (MG), Itacarambi (MG), Ibotirama (BA), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

A Portobrás, empresa estatal em liquidação, que tinha a responsabilidade de exploração dos portos de Pirapora, Petrolina e Ibotirama, dispunha,

ainda, de um projeto executivo de engenharia para modernização das instalações desse último porto. Por sua vez, o Governo do Estado da Bahia pretende investir em novas instalações para o porto de Juazeiro.

Com relação ao sistema ferroviário, os portos de interligação mais importantes com trecho navegável do rio São Francisco são: Juazeiro, estação terminal de Linha Centro da SR-7 - Salvador - RFFSA, que dispõe de um ramal de ligação com o porto de Petrolina, e Pirapora, estação terminal do ramal de Pirapora da SR-2 - Belo Horizonte - RFFSA. A construção da Ferrovia Transnordestina, cujo projeto final de engenharia foi elaborado pelo Escritório Regional Nordeste do Geipot, permitirá a integração dos portos de Petrolina e Juazeiro a todo o sistema ferroviário nordestino.

No tocante à interligação do sistema rodoviário com o trecho navegável do rio São Francisco, destacam-se as seguintes rodovias: BR-242 (em Ibotirama), BR-407 (em Juazeiro), BR-122 (em Petrolina), BR-365 e BR-496 (em Pirapora).

A Franave - Companhia de Navegação do São Francisco, armador estatal, é o principal transportador de cargas e vem ampliando cada vez mais sua participação por ser o único a dispor de equipamento adequado às condições atuais de navegação do rio São Francisco, em particular no lago de Sobradinho.

A frota de Franave é composta de cerca de 60 chatas, sem propulsão, com capacidade individual variável de 200 a 400 t e de 8 empurradores, com capacidade de empurra de até 1.680 t, incluindo a tara das chatas (da ordem de 80t).

A análise da evolução do volume de carga transportada pela Franave mostra uma concentração em torno de cinco principais produtos no período 1988 - 1989. São eles: soja, gipsita, carvão vegetal, dolomita e farelo de soja, com ênfase especial para os três primeiros, que no período considerado atingiram cerca de 99% do total da carga transportada. Além disso, constata-se uma progressiva e persistente queda no volume de carga total transportada pela Empresa (anexo I).

Em 1989, já se pode observar uma queda significativa no transporte de gipsita, em consequência, principalmente,

das precárias condições de navegação do rio. A falta de um maior investimento do Governo Federal em dragagem, sinalização e balizamento foram os fatores que mais contribuíram para dificultar a navegação. Essa performance de gipsita se propagou para o atual exercício, mas o maior responsável pela perspectiva de transporte de apenas 42.000 t em 1990 será, sem dúvida, a queda vertiginosa do transporte de soja a granel entre Ibotirama e Petrolina. Dosi aspectos geraram essa situação: 1ª) a queda na produção de safra da soja do cerrado baiano (a safra 89 produziu cerca de 800 mil toneladas de soja, enquanto a safra 90 não atingiu as 300 mil toneladas); 2ª) o frete hidroviário praticado pela Franave, na maior parte da safra, não apresentou condições de competitividade em relação ao transporte rodoviário (anexo II).

Estudos desenvolvidos pelo Escritório Regional Nordeste do Geipot, para o ano de 1990, estimam uma demanda por transporte, na área de influência básica do trecho navegável do rio São Francisco, passível de captação pela modalidade hidroviária. Essa demanda indica a potencialidade de movimentação dos sete principais produtos naquela área de influência, a seguir citados na ordem de sua importância: sal, gipsita, soja, milho, carvão vegetal, mamona em bagas e cimento.

Cabe ressaltar que a tonelage total desses produtos, que poderiam ser transportados pela hidrovia, atinge montantes extremamente superiores, admitindo um crescimento da ordem de 1,088%, 1,399% e 3,118% em relação ao que foi efetivamente transportado pela Franave em 1988, 1989 e 1990 respectivamente.

O Geipot foi instado a indicar possíveis soluções para os problemas e obstáculos existentes que limitam a utilização do médio São Francisco, no que se refere ao atendimento da demanda por transporte na referida hidrovia.

O extinto Ministério dos Transportes, lançou o "Programa de Melhorias na Navegação do trecho Pirapora Petrolina - Juazeiro, no Rio São Francisco", que visava a tornar o Médio São Francisco navegável diuturnamente, melhorar as condições operacionais de suas principais instalações portuárias e aumentar a capacidade de transporte da frota de Franave.

Diante desse fato, o projeto foi orientado para verificar não só a existência de uma demanda insatisfeita, mas também avaliar se os investimentos indicados pelo "Programa de Melhorias" seriam suficientes para absorver essa demanda.

Após exaustivos estudos pelo Geipot, concluiu-se que investimentos isolados dos agentes públicos envolvidos na gestão do sistema hidroviário do São Francisco são, em termos da economia do País como um todo, economicamente inviáveis, para o nível e estrutura da demanda considerada.

De fato, o que se constata atualmente é que mesmo não sendo suficientes, os investimentos (instalações portuárias, frota e via navegável) na hidrovia do São Francisco são, praticamente, de exclusiva responsabilidade do setor público.

Esse aspecto, por si só, constituiu-se, certamente, o maior contribuinte para a inexpressiva movimentação de cargas, em termos absolutos, no trecho navegável do rio São Francisco.

Tanto é que, a partir de 1986, o início do processo de integração entre a Franave e seus principais usuários contribuiu para a melhoria relativa do transporte realizado pela hidrovia. Apesar desse esforço, constata-se ainda carência de integração entre os agentes envolvidos na operação e na utilização do transporte hidroviário no Rio São Francisco.

Nesta altura, não poderia omitir a minha proposta que, além de óbvia, é simples: de institucionalização de um processo de planejamento participativo, integrado e permanente, voltado para o sistema de transporte hidroviário do rio São Francisco.

Dessa forma, proponho não só a retomada da linha de ação já adotada, como também a continuidade do processo com o engajamento da iniciativa privada.

Entendo, que caberia aos órgãos envolvidos com o sistema hidroviário do rio São Francisco, e só a eles, o papel de decisores quanto à necessidade de investimento no sistema (via navegável, frota e instalações portuárias) e da alteração - melhoria de procedimentos operacionais.

Outros grandes rios do mundo, tais com o Reno, o Sena, o Tâmis, o Danúbio, o Volga, o São Lourenço, o Mississipi, o

Tennessee, o Nilo, o Congo, e outros, desempenham importante função, transportando as riquezas entre as regiões banhadas pelas suas águas e desenvolvendo um moderno turismo fluvial.

É esse o desempenho que advogo para o São Francisco: restabelecer as suas atividades de via navegável. Visualizo, contudo, algumas etapas para a recuperação da sua hidrovia. Primeiro, requer-se um longo e penoso trabalho de dragagem, varredura e derrocagem em todos os canais de navegação de seu sistema fluvial para aumentar o seu momento de

calado. Ao mesmo tempo, faz-se necessário sistematizar um processo de concessão de prioridades para o financiamento de navios aos armadores e formular políticas de fomento à indústria de construção naval e de marinha mercante. Finalmente, cabe ao Governo Federal a construção de portos modais no rio principal, afluentes e subafluentes nos locais de conexões rodoviárias e ferroviárias já existentes, sendo a cidade de Juazeiro o grande empório do hinterland são franciscano.

O desenvolvimento regional e inter-regional exige a imple-

mentação de um programa desse porte, demandado profundo planejamento, projetos custosos, recursos maciços e continuados para uma execução técnica sem interrupções.

Finalmente, gostaria de enaltecer o excelente trabalho técnico desenvolvido pelo Geipot, através de sua Superintendência de Planejamento Estratégico, mais especificamente, os profissionais do Escritório Regional Nordeste da Empresa, cuja excelência dos trabalhos executados deve ser reconhecida, como fecho deste pronunciamento. (Muito bem!)

ANEXO I

PRINCIPAIS MERCADORIAS TRANSPORTADAS PELA FRANAVE NA HIDROVIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

(Em t)

Mercadoria	1988	1989	1990*
Soja	61.958	71.670	5.391
Farelo de Soja	—	—	8.000
Gipsita	53.456	17.482	15.000
Carvão Vegetal	3.536	3.345	1.500
Dolomita	—	—	10.000
Outras	1.346	1.095	2.109
TOTAL	120.296	93.592	42.000

FONTE: Franave
(*) Previsão

ANEXO II

ESTIMATIVA DA DEMANDA POR TRANSPORTE DE CARGA NO TRECHO NAVEGÁVEL DO RIO SÃO FRANCISCO POR PRODUTO SELECIONADO

(Em 10³t)

Produtos	1988	1989	1990
Sal	370,7	398,0	428,3
Soja	198,0	198,0	216,0
Gipsita	246,1	249,1	251,8
Milho	60,0	175,0	300,0
Carvão Vegetal	58,2	63,2	61,3
Mamona em Bagas	40,0	40,0	40,0
Cimento	12,0	12,0	12,0
TOTAL	985,0	1.135,3	1.309,4

FONTE: Geipot - ER/NE

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O nobre Senador Ney Maranhão havia desistido da palavra, mas, há pouco, pediu à Presidência, que a concedesse, para fazer uma breve comunicação.

Com a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, transmito à Casa que estive no Estado de São Paulo, de sexta-feira a domingo, tomando parte em um congresso de solidariedade dos povos árabes ao Kuwait, invadido pelo ditador Saddam Hussein. Tive oportunidade de, em nome da Embaixada do Kuwait, convidar alguns dos Srs. Senadores.

Solidarizo-me, mais uma vez, com os organizadores desse congresso, que reuniu figuras dos países envolvidos no conflito do Oriente Médio. Esta reunião teve lugar na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Na ocasião, pessoas dos países envolvidos nesse conflito dissertaram sobre as misérias — o que só acreditávamos por fotografias —, perseguições, mortes, enfim, tudo que advém de uma guerra.

Desejo que esse conflito tenha um fim rápido, desejo este que foi também manifestado por todos os participantes do congresso.

Particularmente, tenho minhas dúvidas, porque ouvi depoimento de pessoas diretamente envolvidas, mas não tiveram condições de terminar seus relatos, porque caíam em crise nervosa.

Sr. Presidente, solidarizo-me com esse pequeno país — o Kuwait, e com os povos árabes que estão unidos para que o ditador Saddam Hussein se retire incondicionalmente daquele país e, assim, a paz volte àquela área, tão importante para o desenvolvimento do Mundo Ocidental.

Mais uma vez, dou meus parabéns aos organizadores do congresso, pelo êxito alcançado.

O Brasil foi um dos países mais sacrificados com essa crise, como tive ocasião de falar, pois tinha um comércio muito importante com o Iraque, que, aliás, na crise do petróleo, foi um dos poucos países que deu crédito ao Brasil, e nem por isso o Presidente Collor deixou, em momento algum, de se solidarizar com as Nações Unidas e deixar de cum-

prir as resoluções do Conselho de Segurança.

O que está acontecendo em nosso País é sacrifício para o nosso povo, principalmente para os desacomodados, porque a inflação começou a subir, pelo motivo acima citado. O Brasil, o Congresso, enfim, o povo, deseja que esse problema seja solucionado o mais rápido possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ÁUREO MELLO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. ÁUREO MELLO (PMDB — AM. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, faço esta comunicação no sentido de que seja olhado pelo Governo e principalmente pelo Sr. Ministro do Trabalho o problema do despejo da União Brasileira de Escritores do Estado de São Paulo, a UBES. A UBES é uma associação que congrega todos os intelectuais de grande porte e vem representada em nossa capital pelo escritor Volnei Milhomem, figura bastante conhecida no mundo cultural e das letras.

O apelo que faço é para que esse despejo que está tramitando no Poder Judiciário, a pedido do INPS, seja transferido para mais tarde, a fim de que esse organismo tenha tempo de se transladar para um prédio condigno e possa cumprir a sua missão e obrigações nos termos do que vem fazendo tradicionalmente em favor da cultura brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, pedindo ainda a transcrição nos Anais das atas palavras do escritor amazonense Jorge Tufic, também filiado à UBES, e que profliga as queimadas e devastações. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ÁUREO MELLO EM SUA COMUNICAÇÃO:

O QUE SERÁ DE TI, AMAZÔNIA?

Jorge Tufic

Que será de ti, Amazônia, enquanto o homem que te desfrutava considerar-te perene, imortal como se imagina um duende?

Que será de ti, Amazônia, enquanto se pensa no teu destino sem separar-te do destino do homem que te golpeia e maltrata?

Que será de ti, Amazônia, enquanto se teima em desconhecer que teu reino acaba onde a tua vegetação termina?

Que será de ti, Amazônia, enquanto os cegos herdeiros do Lémure implacável buscam fórmulas para explorar-te reacionalmente, quanto se sabe que os fins econômicos são, por si mesmos, irracionais?

Que será de ti, Amazônia, enquanto não forem avaliadas as tuas perdas e o teu desgaste, em quatrocentos anos de falsa prosperidade para o homem e lenta agonia para ti, Amazônia, que te sentes cada vez menor com a extinção de milhares de espécies de tua fauna e da tua flora?

Que será de ti, Amazônia, enquanto o índio que te protegia e guardava os teus mistérios continuar sendo reduzido e transformado em caboco?

Que será de ti, Amazônia, enquanto o revolvimento de tuas terras, em busca de minérios, envenenar os teus rios e as toras de madeira submersas na água desabarem sobre ti em forma de chuvas ácidas?

Que será de ti, Amazônia, enquanto o desmantamento e as queimadas abrem clareiras em tuas matas, aticando ainda mais as forjas de Vulcano, que transferem aos teus ares o sezão dos pantanos e a temperatura dos infernos?

Que será de ti, Amazônia, quando tuas lendas não tiverem mais aonde pousar, e a doce flauta do Urapuru quebrar-se numa profunda elegia sobre os rios que mingam e os areais que avançam?

Que será de ti, Amazônia, última página do Gênesis, na opinião de Euclides da Cunha, quando os seres que fazem a tua escrita enigmática mergulharem totalmente no caos da usura que te diminui aos olhos do mundo?

Que será de ti, Amazônia, agora que uma parte de teus filhos elegeram Senador o inimigo número um de tuas árvores, e que tudo fará no sentido de beneficiar a cobiça pelas tuas riquezas naturais, sem que isso lhe afete a consciência ou lhe abale o cinismo?

Que será de ti, Amazônia, cujo tamanho incomoda pela ausência de amor e cuja perda nem um rio de lágrimas há de chorar-te com justiça?

Que será de ti, Amazônia, grandeza física que, no entanto, pôde caber dentro de um ninho qualquer, desde que ele

tenha a leveza de tuas palhas e a úmida ternura dos ventos que te embalam?

Que será de ti, Amazônia, paraíso da natividade cósmica, porto de lenha, sertão de especiarias, inferno verde, berço do progresso, refúgio de degredados, sorvedouro de talentos, remate dos vencedores, quando és praticamente a última fronteira do verde com as terras-do-sem-fim?

Que será de ti, Amazônia, esfinge dos misticismos, apetite dos glúteos, motivo de inspiração e de escárnio, natureza morta, peixe colorido de estrelas impetadas, autofagia mítica, cipoal de batalhas demiúrgicas, aleijão vegetativo de sementes astronautas, agora que uma dúzia de sábios te colocam no banco dos réus e te julgam, em nome da ecologia?

Que será de ti, Amazônia, quando a ecologia, no sentido global, deve partir da humanização urbana?

Não é fácil acreditar nas boas intenções do homem que se declara a favor da natureza, se ele cultiva a poluição e contribuiu para a miséria.

Que será de ti, Amazônia? Os tucanos também pedem socorro. Ao fugirem das queimadas, eles invadem as cidades em busca de comida. Primeiro, foi o homem das margens das terras firmes que se evadiu. Agora são as aves Amazônica! Os nichos sagrados estão em chamas. Teu coração se esvazia de gorjeios, e já começa a sangrar...

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Márcio Berezoski.

O SR. MÁRCIO BEREZOSKI (PSDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, a década de 1970 foi a década do "milagre brasileiro". Porém, infelizmente, não foi necessário muito para que tal prodígio se revelasse apenas um fogo fátuo, cuja imagem tremeluzente era utilizada com abundância para manter bem nutrida a fantasia do povo brasileiro.

O período dos anos 80 foi o tempo dos recordes da produção de grãos: 63 milhões de toneladas em 1987; 64 milhões em 1988; 72 milhões em 1989. Também esse fato foi divulgado com efusividade, semeando a ideia de que o País construíra uma sólida e duradoura sistemática de sustentação da produção agrícola.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, estamos apenas entrando

na década de 90, às portas do ano 2000, e os horizontes para a agricultura expõem ameaçadoras e pressagas huvenas. O estado de espírito dos produtores rurais é de ansiedade e incerteza. São problemas de toda ordem: crédito escasso e intempestivo, preços aviltantes, transporte caro, armazenagem deficitária, comercialização expropriadora, juros insuportáveis.

Há poucos dias, recebi correspondência da Cooperativa de Crédito Rural do Alto Uruguai Catarinense (Crediauc), com um apelo que me soou dramático: "Evitem a crise enquanto é tempo".

Refere-se a referida Cooperativa ao renitente drama do crédito rural, cuja falta, parcimônia ou intempestividade aliadas à "redução da tecnologia", diminuíram de 15% a produção agrícola já neste ano.

As perspectivas para 1991 apresentam-se ainda mais sombrias, pois o denominado "enxugamento" da liquidez na economia e a descriteriada retenção dos cruzados da poupança deixaram os agricultores brasileiros sem recursos para viabilizarem a safra e o plantio deste período.

Recentemente, o Governo Federal anunciou a destinação de 450 bilhões de cruzeiros para financiamento da atual safra, com juros de 9% ao ano. No entanto, até este momento, com o País em plena safra, as liberações não atingiram 100 bilhões e a juros proibitivos para a agricultura.

No meu Estado, Santa Catarina, no período mais crítico desde o início dos anos 80, os agricultores dispõem, até este momento do mês de novembro, de apenas 5 bilhões de cruzeiros, dos 30 bilhões prometidos, cuja liberação devia ter ocorrido no início do mês de outubro. A esta altura, se liberados fossem os recursos prometidos, somente 40% das 240 mil propriedades rurais de Santa Catarina seriam atendidas. Os poucos produtores rurais que recorreram a bancos privados estão pagando juros de 20% a 60%.

O atraso e a insuficiência do crédito, de acordo com o presidente interino da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, Norberto Kretzer, deverão provocar uma queda de 10% na produção, com reflexos negativos a partir do segundo semestre de 1991.

O produtor não deixará de plantar, porém semeará grãos

não selecionados, com tecnologia rudimentar, sem fertilizantes e sem adequado acompanhamento. Isso redundará em menor produtividade; conseqüentemente, na "mesa do consumidor haverá alimentos mais caros e de pior qualidade, no próximo ano" (Diário Catarinense de 5-11-90).

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Estado de Santa Catarina possui dezessete Cooperativas de Crédito Rural, com mais de 12 mil associados, todos médios e pequenos produtores. Com semelhante estrutura e com tal capilaridade, em um setor de tão vital importância como é o agrícola, não haver recursos para crédito é indubitavelmente uma lástima.

Longe vai, Sr. Presidente, o idealismo do art. 50 das Atas das Disposições Constitucionais Transitórias que determinou um ano após a promulgação da Constituição para que a lei agrícola estabelecesse "os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário".

Definitivamente, nosso País, apesar dos preocupantes e vergonhosos níveis de pobreza e miséria do povo, conforme atestam os relatórios recentes do Banco Mundial e da FAO, e segundo constam os que vêm a realidade dos agricultores que moram e trabalham no interior deste Brasil, ainda não se deu conta da importância e da potencialidade de sua agricultura. Não a agricultura rica e sofisticada, mas a agricultura dos milhares de trabalhadores que produzem alimentos, cujos destinos estão manietados pelas decisões urbanas, cuja visão de mundo não abarca a complexidade do paroxismo da especulação financeira e da imoralidade da expropriação.

Precisamos descobrir esses trabalhadores. Com povo bem alimentado, as dificuldades são superadas e há progresso. Sem isso, nosso progresso caminhará com espasmos de asma: dar-se-ão alguns passos, mas um corpo doente.

Atenda-se ao produtor rural com crédito, e ele responderá com produção.

Evitemos que a década de 90 se transforme na miragem dos celeiros abarrotados do passado.

Evitemos a crise, enquanto é tempo, embora, passe este ano, já se faça tarde.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com regozijo, ocupo a tribuna desta Casa para associar-me às comemorações dos 450 anos de fundação da Companhia de Jesus e dos 500 anos (exatamente 498) do nascimento (1492) do seu fundador, o basco Inácio de Loyola, mais tarde, Santo Inácio de Loyola.

Foi precisamente no século XVI, para a Espanha, o "século de ouro" que viu nascer o romance e o drama moderno, a Escolástica em Salamanca, os grandes descobrimentos geográficos e o predomínio espanhol sobre a Europa e o mundo, que essa mesma Espanha dava à Igreja uma profunda contribuição no sentido de renascimento, por meio do vértice da mística de Santa Teresa e o seu Carmelo, e da piedade ativística de Inácio de Loyola e os seus jesuítas.

Quatrocentos e cinquenta anos depois, passando por incontáveis sucessos, memoráveis sacrifícios, expressos em revesses, perseguições e martírios, pôde-se afirmar que a Ordem dos Jesuítas tem combatido o bom combate; "Bonum certamen certavit" (Apóstolo Paulo).

A Ordem, reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540, surgiu como expressão de uma necessidade histórica, renovou a Igreja, pela adoção da cultura da época, o Humanismo, pela solidez da preparação espiritual de seus membros através da espiritualidade e dos "exercícios" inicianos, e pela visão clarividente que a conduziu a concentrar esforços na formação da juventude, a quem o futuro pertence.

No Brasil, os jesuítas estiveram presentes desde os primórdios, na pessoa de notáveis missionários, José de Anchieta, Antônio Vieira e outros, talvez menos conhecidos, mas não por isso menos heróicos.

Aqui fundaram cidades, conviveram com índios num exemplar processo de inculturação, estudando-lhes a língua e registrando-a em livros para a posteridade. Ensinaram-nos a plantar, organizaram-nos e defenderam-nos contra o exterior; fundaram colégios, formaram jovens; esmeraram-se nos estudos e na pastoral e pregaram a justiça.

Por tudo isso, o Brasil deve muito aos jesuítas e, em reconhecimento, registro — como ex-aluno de colégio, o Nóbrega, do Recife, e professor de Universidade, a Católica de Pernambuco, ambos dirigidos por jesuítas — minha homenagem por ocasião da efeméride dos 450 anos de sua existência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os avicultores nordestinos, diante da adversidade climática do corrente ano, atingindo significativamente a safra de milho, voltam a reclamar do Governo federal um tratamento diferenciado, que garanta à categoria a continuidade de suas atividades produtivas.

Em recente reunião da Associação Nordestina de Avicultura, o Presidente Roberto Soares Pessoa expôs as dificuldades vividas pelos associados da conceituada entidade, reclamando uma ação imediata evigorosa dos parlamentares da região junto às autoridades do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Além disso, foi assentado o envio de um telex à Ministra Zélia Cardoso de Mello com as justas postulações da ANA, entre as quais a adoção da alíquota zero do imposto sobre o milho, para utilização exclusiva em rações.

Para conhecimento da Bancada cearense no Senado, foi retransmitido o referido telex, que se acha vazado nos seguintes termos.

"Exm^a Sr^a

D^{ra} Zélia Cardoso de Mello

DD. Ministra da Economia

Brasília — DF.

Na qualidade de entidade máxima representativa do Setor Avícola do Nordeste, solicitamos vênha para vir a presença de V. Ex^a, expor o que abaixo se segue:

a) em vista de fatores de adversidade climática consubstanciados na seca, que mais uma vez se fez presente no ano em curso em nossa região, ocasionando substancial perda da safra de milho, principal insumo das

rações do segmento, ficamos à mercê da importação do aludido cereal, da Argentina e dos Estados Unidos da América, sendo que a primeira tem uma taxa tributária de 3,3% e a segunda de 15%;

b) considerando a relevância da avicultura dentro da nova política econômica do Governo, que no seu contexto visa, inclusive, oferta de alimentos a preços baixos e estáveis para as populações economicamente menos favorecidas. Considerando o fato do imposto de importação ser uma tributação extra de controle. Considerando que as regiões Sudeste e Sul são beneficiadas pelo Draw Back; e

c) solicita, certos do elevado senso de justiça de V. Ex^a, seja determinado por esse ministério, adoção da alíquota 0 (zero) do imposto sobre o milho para utilização exclusiva em rações.

Cordiais saudações

ANA — Associação Nordestina de Avicultura

Roberto Soares Pessoa — Presidente"

Sr. Presidente, apoiamos o pleito da Associação Nordestina de Avicultura, na expectativa de que a titular da Pasta da Economia encontre uma solução capaz de permitir a ultrapassagem da fase crítica com que se defronta, na atual conjuntura, a prestigiosa classe, que integra o empresariado da nossa região.

Com isso, o importante setor daria seqüência ao seu esforço produtivo, consubstanciado, inclusive, na oferta de alimentos a preços baixos e estáveis para as populações economicamente menos favorecidas.

É o apelo que secundamos, desta tribuna, convictos de que o governo encontrará, sem delongas, uma alternativa para o impasse, ora submetido à decisão da Ministra Zélia Cardoso de Mello.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução n^o 60, de 1990, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que extingue o voto de liderança.